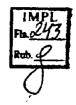


PODER EXECUTIVO D.O. 21/6/74



Estado de Mato Grosso

LEI Nº 3 525, DE 19 DE JUNHO DE 1 974

Introduz modificações na estrutura básica, no quadro de pessoal da Secretaria do Interior e Justiça de que trata a Lei nº 3 144, de 17 de dezembro de 1 971, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO CROSSO Faço saber que a Assembléia Legislativa do Esta do decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - A Lei nº 3 144, de 17 de dezembro de 1 971, passa a vigorar com as seguintes modificações:

- I No artigo 1º A estrutura básica da Secre taria do Interior e Justiça (S.I.J) é a se guinte:
- a GABINETE DO SECRETARIO (GS)
- b DEPARTAMENTO PARA ASSUNTOS DO INTERIOR (DAI)
- c DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DA)
- d DEPARTAMENTO JURIDICO (DJ)
- e DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PENITENCIÁRIAS (DOCP)
- f SERVIÇO DE PATRIMONIO DO ESTADO (SPE)
- g FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DE MATO GROSSO (FEBEMAT)
- h MINISTERIO PUBLICO (MP)
- i CONSELHO PENITENCIÁRIO (CP)
- II No artigo 2° Ficam alterados o quadro de pessoal da Secretaria do Interior e Justiça (SIJ) e os respectivos cargos, da seguinte forma:

a - NO GABINETE DO SECRETÁRIO

São criados os seguintes cargos:

2 cargos de Oficial de Gabinete a que se atribui o vencimento correspondente ao símbolo C-5.

l cargo de Assistente para Assuntos de Administra_ ção,a que se atribui o vencimento-base de Cr\$..... 2 200,00.

l cargo de Assistente para Assuntos de Justiça e Le gislação, a que se atribui o vencimento-base de Cr\$.. 2 200,00.

l cargo de Assistente para Assuntos de Relações Públicas, a que se atribui o vencimento-base de Cr\$..... 2 200,00.

l cargo de Contínuo, a que se atribui o vencimento cor respondente à referência inicial da carreira.

b - NO DEPARTAMENTO PARA ASSUNTOS DO INTERIOR

l cargo de Diretor,a que se atribui o vencimento cor respondente ao símbolo C-3.

l cargo de Chefe de Divisão, a que se atribui o vencimento-base de Cr\$ 1 500,00.

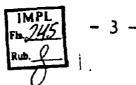
l cargo de Chefe de Seção, a que se atribui o vencimento-base de Cr\$ 1 200,00.

4 cargos de Escriturário, a que se atribui o vencimento do padrão inicial da carreira.

l cargo de Contínuo, a que se atribui o vencimento do padrão inicial da carreira.

c - NO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

2 cargos de Chefe de Divisão, a que se atribui o ven cimento-base de CA\$ 1 500,00.



2 cargos de Chefe de Seção, a que se atribui o vencimento-base de Cr\$ 1 200,00.

8 cargos de Escriturário, a que se atribui o venc<u>i</u> mento correspondente ao padrão inicial da carreira.

4 cargos de Contínuo, com o vencimento correspondente a referência inicial da carreira.

l cargo de Motorista, a que se atribui o vencimento correspondente a referência XXX.

d -NO DEPARTAMENTO JURIDICO

Fica mantida a estrutura prevista na Lei nº 3 030, de 21 de maio de 1 971, com as alterações constantes desta Lei.

2- NO DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PENI TENCIÁRIAS

Na Administração Central:

l cargo de Diretor Geral, a que se atribui o venc<u>i</u> mento-base de Cr\$ 4 500.00.

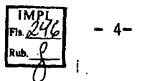
l cargo de Sub-Diretor Geral, a que se atribui o vencimento correspondente ao valor do símbolo C-2.

1 cargo de Advogado, a que se atribui o vencimento correspondente ao valor do símbolo C-2.

l cargo de Orientador pedagógico e religioso dos estabelecimentos penais do Estado, a ser provido por pessoa de notório saber e comprovada experiência em assuntos educacionais e teológicos, a que se atribui o vencimento correspondente ao símbolo C-2.

4 cargos de Escriturário, a que se atribui o venc<u>i</u> mento correspondente ao padrão inicial da carreira.

2 cargos de Motorista, a que se atribui o vencimento



correspondente à referência XXX.

2 cargos de Contínuo, com o vencimento correspondente a referência inicial da carreira.

NA PENITENCIÁRIA AGRICOLA DE PALMEIRAS :

l cargo de Diretor, a que se atribui o vencimento cor respondente ao símbolo C-5.

l cargo de Técnico Agrícola, a que se atribui o ven cimento correspondente ao símbolo FG-1.

2 cargos de Chefe de Serviços Gerais, a que se atribui o vencimento correspondente ao valor do símbolo FG-3.

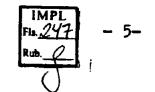
2 cargos de Feitor, a que se atribui o vencimento do padrão Z-6.

l cargo de Motorista, a que se atribui o vencimento correspondente à referência XXX.

5 cargos de Guarda de Presídio, a que se atribui o ven cimento de C# 500,00.

Integram, ainda, o quadro de pessoal do Departamento de Organização e Controle de Penitenciárias os cargos previstos na Lei n^{o} 3 357, de 13 de junho de 1 973.

- § 1º Os cargos de Diretor do Departamento de Organização e Controle de Penitenciárias e de Advogado só poderão ser providos por Bacharéis em Direito, de preferência, com estágio ou curso de penitenciárias.
- \S 2º Os cargos de Diretor, são de provimento em comissão.
- § 3º Os cargos de Chefe de Divisão e de Seção pode rão ser providos efetivamente, mediante transferência de servidor estável, ocupante de cargo de igual natureza ou de carreira,



com, no mínimo, dez anos de serviços prestados ao Estado e cinco em função correlata na Secretaria do Interior e Justiça.

Artigo 2º - E criada, no Departamento Jurídico do Esta do, a Procuradoria do Patrimônio Fundiário do Estado.

Parágrafo único - Compete à Procuradoria do Patrimônio Fundiário do Estado:

- I promover a defesa dos interesses do Estado, na esfera judicial, em todos os processos em que o mesmo figurar como autor, réu, opoente, assistente ou litisconsorte;
- II emitir parecer em todos os processos administra tivos que versarem sobre bens imóveis do Estado;
- III outras atribuições que lhe forem conferidas no Regimento do Departamento Jurídico do Estado.

Artigo 3º - O Departamento Jurídico do Estado, no que concerne aos cargos de Procurador, fica com a seguinte lotação:

I - 6 (seis) cargos de Procurador de 3ª Categoria.

II - 4 (quatro) cargos de Procurador de 2ª Categoria.

III - 4 (quatro) cargos de Procurador de 1ª Categoria.

Artigo 4° - O estágio de que trata o inciso I, do pará grafo único, do artigo 9° , da Lei n° 3 030, de 21 de maio de 1 971, poderá ser dispensado quando nenhum dos candidatos inscritos à promoção o tiver e o interesse do serviço exigir o imediato provimento do cargo.

Artigo 5° - E criado o Departamento para Assuntos do Interior, com a estrutura prevista na alínea <u>b</u> do artigo 1° .

Parágrafo único - Compete ao Departamento para Assuntos do Interior:

I - prestar assistência jurídica aos municípios, quando solicitado, em consonância com o Departamento



Jurídico do Estado;

- II -prestar assistência às populações atingidas pelas cala midades públicas;
- III outras atribuições que lhe forem conferidas no Regula mento de que trata o artigo 9º desta lei.

Artigo 6º - A Fundação do Bem-Estar do Menor do Estado de Mato Grosso,o Ministério Público,o Conselho Penitenciário e a Diretoria de Patrimônio Estadual que passa a denominar-se Serviço do Patrimônio do Estado, são regidos por sua legislação específica.

Artigo 7º - Enquanto não houver pessoal concursados para os cargos de carreira, criados nesta lei, poderá o Governo provê-los com elementos requisitados de outros setores da Administração Pública, ou através de contratação, por proposta do Secretário do Interior e Justiça e mediante portaria do Titular da Pasta.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta da verba orçamentária própria, su plementada se necessário.

Artigo 9º - A presente lei deverá ser regulamentada no prazo de 90(noventa) dias, por Decreto Governamental, permanecendo em vigor, até então, o Decreto nº 430, de 12 de abril de 1 972, no que não colidir com esta lei.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 19 de junho de 1 974, 153º da Independência e 86º da República.

Registro do as fly 295, 295 V., 296, 296 V., 247, 297 V., 258 e. 2.98 V., do livo competente. bba- 15/10/85. Hoptivas